

EDITORIAL

A *Educação em Revista* tem o prazer de publicar o número 2, volume 22. Na *Seção Artigos* serão apresentados ao leitor nove artigos na área da Educação com diferentes enfoques.

O primeiro artigo, escrito por Viviane Toraci Alonso de Andrade e Edna Cristina Jaques Brelaz Castro, sugere um questionamento de noções que pareciam consensuais. Apesar do impacto da pandemia sobre a vida cotidiana das pessoas levando-nos, com muita ou pouca dificuldade, ao ensino mediado pelas tecnologias, a associação computadores/ensino talvez seja ainda um tema controvertido no campo educacional e alguns temem o desemprego, desumanização das relações, aumento das desigualdades sociais, etc.. O artigo *O discurso hegemônico sobre o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na educação nas vozes de professores de Sociologia de Marabá/PA* indaga a opinião de um grupo de professores Sociologia atuantes no Ensino Médio sobre esta questão e conclui que, de maneira muito lúcida, eles associam TDIC a ganhos na aprendizagem.

Na contramão das políticas públicas que não investem (ou não acreditam) na capacidade dos professores na produção de um trabalho competente e criativo, o artigo *A construção do currículo de Língua Portuguesa no cotidiano: um estudo sobre o trabalho com gêneros textuais no Ensino Médio* de Livia Suassuna e Emanuele de Souza Pacheco aponta a sala de aula como um espaço criador de políticas curriculares. Entendendo o currículo como um campo de disputas e de construção de conhecimentos, apresenta dados de uma pesquisa *qualitativa de caráter indiciário* realizado em torno das aulas de uma professora de Língua Portuguesa sobre gêneros textuais e conclui que ela *hibridiza elementos diversos como sua história de vida, seu percurso acadêmico, o currículo prescrito/oficial e a demanda dos alunos, no intuito de alcançar os objetivos que lhe parecem pertinentes*. Deste modo, as autoras afirmam a necessidade de que as escolhas dos docentes sejam legitimadas nos contextos oficiais e na academia.

O artigo *Ensino Médio Integrado e Educação Patrimonial como Tema Transversal: percepções da equipe pedagógica em uma instituição de ensino profissional* defende a inserção da Educação Patrimonial no currículo como tema transversal, de modo complementar àqueles definidos pelos PCNs – tais como educação ambiental e

<https://doi.org/10.36311/2236-5192.2021.v22n2.p5>

pluralidade cultural –; a implantação de uma política institucional voltada à temática e a capacitação de professores e gestores. A pesquisa desenvolvida por Regiane de Souza Oliveira Farias e Mário Sérgio Pedroza Lobão acerca da percepção da equipe pedagógica do Ensino Médio Integrado no Instituto Federal do Acre – *campus* Rio Branco – sobre a importância da preservação do patrimônio público evidenciou a ausência de formação ou de complementação pedagógica na área. Tomando como referência experiências de sucesso – como a parceria MEC e IPHAM no âmbito da Educação Básica que resultou no Programa Mais Educação (2011-2015) – sustentam que a iniciativa deve instigar o zelo pelos bens públicos (muitas vezes estragado pelos próprios alunos com pichações ou descuido no manuseio do mobiliário e do material didático), o sentimento de pertencimento à comunidade e o fortalecimento da cidadania.

Com título coloquial, o artigo *Na era digital, ‘filho de peixe, peixinho é na hinterlandia amazônica?* Leonor Faria Abreu oferece um retrato das transformações sociais ocorridas na região amazônica nas últimas décadas como resultado da difusão das instituições públicas federais e estaduais de ensino superior e médio no interior do Estado: membros das novas gerações buscam profissões diferentes das tradicionais seguidas até então pelos seus pais, avós e demais antepassados que, dedicados a ocupações mais rurais, eram invariavelmente pescadores, agricultores, seringueiros, etc.. Segundo a autora, o encantamento tecnológico tem impactado a coletividade e levado alguns jovens à busca de novas possibilidades abertas em profissões de maior “visibilidade social”, tais como aquelas das áreas médica e jurídica.

Os autores Priscila Muniz Coutinho, Ariane Dias Borges, Isadora Araújo Menezes, Palloma Victoria Nunes e Silva, Sauloéber Tarsio de Souza do artigo *Do sul ao nordeste: aproximações e particularidades entre a Revista História da Educação [RHE] e a revista History of Education in Latin America [HistELA]* oferecem uma contribuição à análise dos periódicos científicos brasileiros especializados na divulgação da atual pesquisa em História da Educação que foi impulsionada, renovada e vinculada à Nova História Cultural. Foram bastante específicos na delimitação das fontes de pesquisa pois comparam revista que denotariam (segundo eles) a reconhecida qualificação – de um lado – e a emergência de “novatos” – de outro. A comparação daquela que seria a pioneira, lançada no Rio Grande do Sul (RHE, 1997), com a mais recente encontrada pelos autores, surgida no Rio Grande do Norte (HistELA, 2018), cria também uma polarização geográfica entre a “tradicional” e a “iniciante”; deste modo pode-se supor que as conclusões dizem muito sobre lugar da História da Educação no campo de pesquisa educacional nas últimas décadas: a forte concorrência entre os periódicos na busca de reconhecimento, financiamento e internacionalização; a prevalência de pesquisadores com doutoramento em Educação no Conselho Editorial dos periódicos e de artigos sobre a história da educação brasileira no século XX.

Em Aprendizagem situada e comunidades de prática: um olhar sobre o processo de aprendizagem de artesãs da associação mãos nativas no contexto da prática social os

autores Ednalva Tavares de Mendonça Telinhos Pereira, Werner Bessa Vieira, Isis Maria Monteles Bastos, Angela Valeria de Amorim, Patricia Carly de Farias Campos, Ana Cunha, Ceci Figueiredo de Moura Santiago discutem o processo de aprendizagem a partir da experiência de mulheres indígenas reunidas na Associação Mãos Nativas, um grupo criado em 2009 por vinte artesãs tupinambás para produzir artefatos de palha e que, desde 2020, conta com apoio da Odebrecht Realizações. Localizada na Vila do Sauípe, Mata de São João – litoral norte da Bahia – a comunidade desenvolve práticas que permitem resgatar/preservar a cultura dos antepassados, garantir o próprio sustento, potencializar a rota turística do Parque Sauípe e, na condição de objeto de pesquisa, permite observar que a aprendizagem efetiva-se mediante vínculos sociais. As artesãs gravaram o próprio trabalho, concederam entrevistas por videoconferência e a análise deste material evidenciou que a aprendizagem efetiva-se mediante o engajamento e a participação do aprendiz.

Em *O uso de jogos didáticos para a prevenção de ISTs na adolescência* Mayara dos Santos Silva e Camila Campêlo de Sousa não apresentam uma discussão acadêmica verticalizada, mas prestam um grande serviço de utilidade pública num momento de forte sensibilização popular acerca dos problemas sanitários: divulgam jogos didáticos passíveis de utilização em atividades práticas em sala de aula, confeccionados com materiais de fácil acesso e baixo custo que oferecem informações capazes de impulsionar o uso, por parte dos alunos do Ensino Médio, de medidas sexuais protetivas. Como destacam as autoras, as Infecções Sexualmente Transmissíveis, gravidez inesperada e precoce entre os jovens é motivo de preocupação e podem afetar suas vidas de forma irreversível.

Em *Notas sobre processos de criação em currículos: por uma educação “porvir”* Claudia Aparecida dos Santos apresenta uma reflexão acerca do currículo a partir das *teorias pós críticas no campo educacional*: Deleuze, Guatarri, Corazza, Galo. Segundo a autora, o currículo – assim como a norma, o molde, a referência que permite estabelecer os padrões de rendimento – contribui para demarcar o normal, o correto, o aceitável; ou seja, contribui para submeter os sujeitos (no caso, os alunos) a determinada esfera do poder de modo a adequá-los ao sistema excluindo as diferenças e os diferentes; impondo temas/modos/pessoas. Em detrimento da noção de *currículo tradicional* que opera com as noções de linearidade/progressão e pode produzir a castração e o desencantamento, propõe um currículo formativo, um *caminhar mais livre* capaz de acolher os erros, as provisoriiedades e as encruzilhadas.

Há trabalhos que abordam a educação sob a perspectiva de diferentes atores, mas poucos abordam o ponto de vista dos trabalhadores da escola não diretamente ligados ao ensino formal (zeladores, inspetores de alunos, cozinheiros, encarregados da limpeza...) e o artigo *Um olhar do zelador: a subjetivação, a normatização e a situação de fracasso escolar* contribui para atenuar esta lacuna. A partir de estudos sociais de vanguarda (M. Foucault e B. Charlot) Yuri Diego de Medeiros e Roberto Marcos Gomes de Onófrío focalizam os micropoderes e as hierarquias que se

estabelecem no interior das escolas em função da aquisição de saberes socialmente valorizados: enquanto para uns o conhecimento seria um “dom” ou “sorte”, outros alunos apareceriam como “deficientes culturais”. Parece difícil o reconhecimento, por parte da comunidade escolar, de que “todos sabem algo”, inclusive quem se encontra em situação de fracasso escolar; que o sucesso nos estudos não corresponde à mera reprodução e que, por este motivo, não se sustenta o estereótipo segundo o qual aluno rico é sempre bem sucedido enquanto o pobre sempre fracassa; que o erro faz parte da construção do conhecimento significativo; que o desempenho dos alunos nas provas e nos exames rotula a escola; que o zelador contribui para o estabelecimento de vínculos e, deste modo, influencia a aprendizagem.

Desejamos a todos (as) uma boa leitura!

Emery Marques Gusmão

Ana Clara Bortoleto Nery

Graziela Zambão Abdian